



PATRIMÔNIOS MATERIAIS E IMATERIAIS

MUNICÍPIO
DE PAULISTA-PE





Organizado por:
Preserve Paulista
Amanda Salvino

Escrito por:
Félix Aureliano
Historiador e Mestre em Educação, Culturas e
Identidades (UFRPE)

Parceria:
Instituto Clima e Sociedade

Projeto gráfico:
Assucena Silva

Ilustração da capa:
Assucena Silva, Alexei Joseph (logo)

Design e diagramação:
Assucena Silva

Impressão:
PRESERVE PAULISTA

Impresso no Brasil

Publicado em 2024 pelo Preserve Paulista,
Município do Paulista, Pernambuco, Brasil.
Este documento está disponível em nosso site
preservepaulista.com.br

Ao utilizar o conteúdo desta publicação, o
documento deve ser citado da seguinte forma:
**PRESERVE PAULISTA, 2024. Patrimônios
Materiais e Imateriais Município do Paulista PE.
Pernambuco, Brasil.**



SUMÁRIO

1. SOBRE O AUTOR E O ESTUDO	4
2. INTRODUÇÃO	5
3. RUÍNAS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	6
4. IGREJA NOSSA SENHORA DO Ó	9
5. CASA GRANDE E JARDIM CORONEL LUNDGREEN	11
6. CHAMINÉS DA CTP	14
7. IGREJA DE SANTA IZABEL – RAINHA DE PORTUGAL	17
8. SINDICATO DOS TECELÕES	21
9. DONA DUDA	30
10. MESTRE GALO PRETO	32
11. MESTRE ZECA DO ROLETE	36
12. AFOXÉ ILÊ ASÉ ALADÁ MÉJI OLÁ OPÓ EWÊ	37
13. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	40

SOBRE O AUTOR E O ESTUDO



Félix Guedes Aureliano é natural do Recife e é produtor cultural com atuação no município de Olinda. Mestre em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE 2024), Especialista em Direitos da Criança e do Adolescente (UFRPE 2021) e Especialista em Gestão Cultural (UFRPE/Fundaj 2013). É licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco (2005). Trabalha com a execução de projetos culturais desde 2003, Foi Diretor de Gestão do Funcultura (Fundarpe 2011), Diretor de Formação Cultural (Secult 2011-2013) e Assessor Especial da Comissão de Educação e Cultura (ALEPE 2013-2017). É produtor executivo da Orquestra Contemporânea de Olinda (2014) e do instrumentista Gilú Amaral (2015). É sócio e diretor executivo na Aurora Musical Produtora Cultural Ltda (2013), sócio no Estúdio Farol em Olinda (2022) e é idealizador, produtor executivo e curador do Festival Aurora Instrumental (2018).



INTRODUÇÃO

O presente estudo, trata de relevantes ativos culturais do município de Paulista e, consiste num levantamento de fontes e citações de dez (10) patrimônios culturais. Sendo, seis (06) patrimônios materiais e quatro (04) patrimônios imateriais.

Os patrimônios do segmento material são: Ruínas Nossa Senhora dos Prazeres, Igreja Nossa Senhora do Ó, Casa Grande e Jardim Coronel Lundgreen, Chaminés da CTP, Igreja de Santa Izabel – Rainha de Portugal e o Sindicato dos Tecelões. Os patrimônios do segmento imaterial: Dona Duda, Mestre Galo Preto, Zeca do Rolete e o Afoxé Ilê Asé Aladá Méji Olá Opó Ewê.

A história do município remonta o período colonial, atravessando diversos séculos. Essa história, também pode ser contada pelos casarios, igrejas, Fábricas e outros imóveis construídos nesse período. Fortalecer essa memória e divulgar numa linguagem e conteúdo acessíveis é uma das missões do Preserve Paulista.

A cidade de Paulista é conhecida pela sua diversidade cultural. Manifestações culturais como os grupos de coco, ciranda, afoxés, candomblé, Jurema, grupos ligados aos ciclos carnavalesco, com ênfase no frevo e também no ciclo junino. No edital municipal da Lei Paulo Gustavo (2023), quase 1000 artistas e grupos culturais, artísticos e populares se inscreveram, mostrando a pujança e a representatividade do setor cultural.



RUÍNAS NOSSA SENHORA DOS PRAZERES

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, é considerada um dos principais marcos históricos da cidade de Paulista. É um local que se constituiu ligado ao evento da Restauração Pernambucana. Assim como a Igreja Nossa Senhora dos Prazeres de Guararapes (Jaboatão), a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape foi erguida, entre outros motivos, para comemorar a expulsão dos holandeses de Pernambuco.

As terras de Maranguape eram parte de uma sesmaria doada por Duarte Coelho para Jerônimo de Albuquerque no século XVI. No século seguinte, essas terras foram compradas por João Fernandes Vieira. Uma das referências de demarcação territorial eram as praias de Pau Amarelo e Janga, até a foz do Rio Doce.

1656 – É construída uma Capela da invocação de Nossa Senhora dos Prazeres e a casa de moradia de João Fernandes Vieira.

1691 – A Capela de Nossa Senhora dos Prazeres é desmembrada da freguesia da Sé de Olinda, e foi transformada em sede de um Curato, para que fosse possível assistência religiosa a população do entorno.

1710/1715 – Criação da Freguesia de N. S. dos Prazeres de



Maranguape.

1719 – Predicamento da Paróquia e transformação em Igreja Matriz da freguesia.

1774 – A casa que foi de João Fernandes Vieira já está em ruínas.

Importante destacar, que a decadência da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres está associada a transferência da sua sede paroquial para a Capela de Nossa Senhora do Ó, na praia de Pau Amarelo, isto, no século XIX. Essa transferência acontece em função da expansão populacional para outros territórios fortalecidos.

“A capela de Maranguape, já sem sentido original de prestar assistência religiosa a uma população vizinha, via o esvaziamento da localidade em decorrência do fortalecimento de outras áreas que atraíam para si a população da freguesia”. (PAULISTA, s.d).

“Mais para o litoral, era grande o número de pedidos para a construção de currais de apanhar peixes, o que "demonstra a concentração de pessoas na faixa da praia. Para o interior da freguesia, 'outra atividade que começava a surgir era a comercial, visto que é de 1893 o pedido de instalação de uma feira no Engenho Paulista, onde se observa um crescimento populacional". (PAULISTA, s.d)

1908 – A Igreja Nossa Senhora, apresenta um estado de deterioração e degradação das suas estruturas.

1957 - A Igreja foi incendiada e saqueada. Tocaram fogo em todos os altares. E foram feitos buracos em baixo dos altares e



nas paredes. Acreditava-se na existência de botijas com tesouros conquistados por João Fernandes Vieira. Mais uma vez, a Igreja fora abandonada e apenas suas ruínas estão no local.





IGREJA DE NOSSA SENHORA DO Ó

A Igreja de N. Sra. do Ó, construída no ano de 1811, compõe juntamente com o casario singelo de portas e janelas típicas do meio rural, e o cemitério ao lado, o Conjunto Arquitetônico de mesmo nome. O Conjunto é tombado pelo Estado desde 1982 e inscrito no Livro do Tombo de Conjuntos e Sítios Históricos. A Igreja é composta na sua fachada por torre única e três janelas a altura do coro, frontão recortado em volutas, uma galeria à esquerda e um pequeno cemitério à direita. Ainda na década de 1980, à Igreja, a casa dos romeiros e o cemitério, foram restaurados pela Fundarpe.

No interior da igreja, compõem como bens integrados originais em madeira, o arco cruzeiro, púlpito, balaústres das sacadas laterais e da grade do coro, além da teia de comunhão.

O Conjunto Arquitetônico de Nossa Senhora do Ó localiza-se à margem da Avenida Cláudio Gueiros (Rodovia PE-1), via perimetral litorânea que liga a cidade de Olinda às praias ao Norte, até Maria Farinha. Situa-se na Praia de N. S. do Ó, acerca de 1,5 km do Forte de Pau Amarelo, município de Paulista, neste Estado. Toda a área litorânea onde se localiza o conjunto em causa, é marcada por fato histórico de grande relevância para o país, e, particularmente,



para o Estado de Pernambuco. Com efeito, foi ali que se deu o desembarque das tropas flamengas, em 1630, as quais, investindo ao longo da costa, lograram tomar a Vila de Olinda, dando início à ocupação que perduraria por 24 anos. (GPCULT, 2015)

O conjunto é formado por uma Igreja de 1811, portanto início do século passado, e que apresenta características definidas da arquitetura religiosa brasileira do século 18. Balizando seu antigo arraial, há as chamadas “casas de romeiros”, construções singelas, conjugadas, de duas águas, com 1 porta e 1 janela, típicas do nosso meio rural. Em dezembro de 1977 concluiu a FUNDARPE as obras de restauração do conjunto, nele implantando o “Centro de Folgedos Populares de N. Senhora do Ó, fazendo-se agora necessária a sua proteção legal, que envolva não apenas as edificações, como, também, se entorno imediato. (GPCULT, 2015)





CASA GRANDE E JARDIM DO CORONEL LUNDGREEN

A cidade do Paulista originou-se do engenho que pertenceu, depois de 1689, ao mestre de campo Manuel Alves de Moraes Navarro. O comandante, natural da província de São Paulo, ficou conhecido como o paulista, originando-se daí, o nome do atual município. (FUNDARPE, s.d)

Dentre as pessoas que mais se destacaram na cidade, está Herman Theodor Lundgren, fundador da Companhia de Tecidos Paulista, "(...) mola propulsora do progresso industrial da cidade e patriarca da família Lundgren que dominou economicamente o município por várias décadas. (FUNDARPE, s.d)

Herman Lundgren, natural de Norkoping, Suécia, chegou ao Brasil em 1855. Estabeleceu-se no Recife com um escritório de corretor de navios no porto e, em 1861, fundou a fábrica de pólvora Pernambuco Powder Factory S/A em Pontezinha. Em 1870, aos 35 anos, naturalizou-se brasileiro. (FUNDARPE, s.d)

No início do século XX, a povoação do Paulista contava com uma população de aproximadamente 2.000 habitantes. Existia ali uma fábrica de tecidos pertencente à firma Rodrigues Lima e Companhia que, em 1904, foi adquirida por Herman Theodor Lundgren. (FUNDARPE, s.d)

Na época, a indústria têxtil em Pernambuco, encontrava-se desordenada e insipiente. Havia poucas fábricas, todas funcionando segundo métodos rudimentares. As máquinas obsoletas da Fábrica de Tecidos Paulista, adquirida por



Lundgren, foram substituídas por equipamentos modernos importados da Inglaterra, o que possibilitou aumento da produção de tecidos de algodão branco, liso e trançado. (FUNDARPE, s.d)

Uma das primeiras medidas do novo proprietário foi a melhoria das moradias dos operários. Para isso construiu uma vila de casas de tijolo e telha, em substituição às antigas palhoças. (FUNDARPE, s.d)

A casa térrea primitiva, moradia do casal Herman e Elizabeth Lundgren, construída no início do século XX, deu origem à casa grande atual, constituída pela casa original e pelo edifício anexo com quatro pavimentos, construído na primeira metade do século XX. Cada pavimento da nova casa, era destinado a um dos filhos do casal. O último morador da casa grande foi o Comendador Arthur Lundgren. Na mesma época e próxima à casa grande, foi iniciada a construção de uma Igreja de grande porte, hoje matriz, sob invocação de Santa Elizabeth, concluída posteriormente pelo Comendador Arthur. (FUNDARPE, s.d)

A edificação está localizada em meio a uma área de 23.584,00 m², conhecida como Jardim do Coronel, em virtude do busto do coronel Frederico Lundgren, irmão do Comendador Arthur, que ali se encontra. No amplo jardim em frente à casa, funcionou durante muitos anos um pequeno zoológico e parque de diversões para os filhos dos operários da Companhia de Tecidos Paulista. (FUNDARPE, s.d)

Em julho de 2002, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, solicitou a abertura do Processo de Tombamento do conjunto constituído pela Casa e Jardim do Coronel e seus elementos integrantes. (FUNDARPE, s.d)

Após deferimento do Sr. Secretário de Educação e Cultura, o Edital de Tombamento foi publicado no Diário Oficial do



Esrado, no dia 10 de abril de 2003, e na Folha de Pernambuco, no dia 23 de abril do mesmo ano. A notificação aos proprietários foi enviada em 26 de maio de 2003. **Em data hábil, os proprietários contestaram o Tombamento. Consultado, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, manteve a proposta de Tombamento do conjunto constituído pela Casa Grande e Jardim do Coronel (FUNDARPE, s.d)**

O conjunto constituído pela Casa Grande e Jardim do Coronel estão localizados no centro da cidade do Paulista. O casarão foi construído em meados do século XX, para moradia da família Lundgren, tendo como último morador, o Comendador Arthur Lundgreen. O Casarão está localizado em meio a uma área significativa, a única existente no centro urbano. A área da frente do Casarão é conhecida como Jardim do Coronel e nesta área funcionou um zoológico e parque de diversão para os filhos dos empregados e operários da Companhia de Tecidos Paulista (CTP). Apesar de estar há muito tempo fechada, a edificação encontra-se em razoável estado de conservação, conservando íntegras todas as suas características originais. (FUNDARPE, s.d)

Compõem ainda o conjunto, além do casarão um coreto e um monumento com o busto do Comendador, localizado em meio à exuberante vegetação arbórea do Jardim do Coronel. FUNDARPE, s.d)



CHAMINÉS DA CTP

Desde o final da década de 1970 até 2010, ano em que foi iniciado o processo de tombamento das quatro chaminés das fábricas Arthur e Aurora, do Cruzeiro e da antiga Casa da Administração da fábrica Arthur, as habitações dos ex-operários e edifícios localizados no centro de Paulista passaram a ser reconhecidos como patrimônio cultural, relevantes tanto para esse município quanto para o Estado de Pernambuco.

Dois anos após essa última iniciativa de preservação da casa dos antigos proprietários, no ano de 2010, foi iniciado o processo de tombamento estadual das três chaminés da fábrica Aurora e da única chaminé da fábrica Arthur, tendo como atores envolvidos os órgãos definidos pelo Sistema Estadual de Tombamento⁵³: a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a Secretaria de Educação de Pernambuco (SEC). Também teve papel relevante nesse processo de tombamento a 3ª Promotoria de Justiça da Defesa da Cidadania do Paulista.

A análise apresentada nesse documento indicou que as instalações físicas das fábricas se encontravam em “processo de arruinamento.” Por outro lado, a análise das chaminés indicou um estado de conservação bastante diferente, apontando o aspecto de intacto que estas apresentavam, destacando-se na paisagem de Paulista como os elementos mais altos e o referencial mais importante da cidade, mantendo-se “[...] aparentemente estáveis e íntegras, constituindo o testemunho



vivo do período de apogeu da cidade em função de sua indústria têxtil, parecendo ‘sentinelas’ das áreas sob seu domínio” (FUNDARPE, 2010).

Foi diante desse entendimento, da relevância das chaminés como um atributo visual ainda remanescente no núcleo que a preservação desses elementos foi sugerida como a “principal alternativa” para a preservação de bens associadas à CTP no município: A preservação, através do Tombamento, destes elementos que fizeram com que Paulista ficasse conhecida como ‘a cidade das chaminés’, surge como principal alternativa de se manter viva na memória dos paulistenses contemporâneos e das gerações futuras, a lembrança da época em que o município adquiriu notoriedade econômica e relevância nacional.

Por outro lado, contrapondo-se à perda do aspecto de intacto das fábricas, foi indicado o bom estado de conservação das quatro chaminés (três da fábrica Aurora e uma da fábrica Arthur). A conclusão apresentada destacou que essas quatro edificações mantinham-se “aparentemente estáveis e íntegras, constituindo o testemunho vivo do período de apogeu da cidade em função de sua indústria têxtil, parecendo ‘sentinelas’ nas áreas sob seu domínio.” Ou seja, percebe-se aqui, mais uma vez, a ênfase no atributo visual do núcleo referente ao destaque das chaminés. Esta ênfase também prevaleceu no item Análise física/ Situação atual deste mesmo Exame. Nele foram destacados o estado de arruinamento das suas fábricas e a permanência das chaminés como elementos de destaque na paisagem local devido a sua grande altura. Quanto a este último aspecto, foi descrito que: “Essa monumentalidade confere as chaminés o poder de evocar uma imagem viva em qualquer observador, sendo, portanto, legítimas testemunhas do auge econômico e de produção das fábricas que representam”.



(SOUZA. 2013)

Quanto aos atributos estruturais, observou-se a manutenção de grande parte da malha urbana, com a continuidade dos trechos mais sinuosos e de outros ortogonais; a permanência de alguns tipos construtivos localizados no centro do antigo núcleo, como igreja, a casa dos proprietários, o antigo edifício da policlínica. No entanto, também foram identificadas algumas transformações que repercutiram no aspecto de intacto deste atributo, como: a construção da via de duplicação da Rodovia PE-15, reduzindo o terreno da fábrica Arthur e reduzindo a ligação entre essa fábrica e as demais áreas do núcleo; as transformações nas casas construídas para os operários, com um maior grau de transformação na região central do antigo núcleo; e o aumento da densidade, com a construção de algumas edificações nas imediações das áreas habitacionais. (SOUZA. 2013, pg 163.)

Mesmo diante do processo de desmonte, cabe destacar a permanência do atributo visual das chaminés, destacando-se visualmente dos demais edifícios devido a sua altura. Foi observado que, mesmo sendo construídas novas edificações no núcleo, as chaminés permaneceram como elementos de destaque. (SOUZA. 2013, pg 163.)





IGREJA DE SANTA IZABEL – RAINHA DE PORTUGAL

Movimento PRÓ-MUSEU

*CARTA DIRIGIDA AO CEC (Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco)
Paulista, 23 de janeiro de 2010.*

*Presidente do CEC (Conselho Estadual de Cultura), Sr. Marcos Accioly e
demais conselheiros:*

No próximo dia 28 de junho de 2010, a Igreja de Santa Isabel-Rainha de Portugal, localizada no centro da cidade do Paulista, estará completando 60 anos. Fruto de uma promessa dos "Coronéis" Lundgreen numa homenagem a sua mãe, a Sra Elisabeth Lundgreen, a Igreja teve sua pedra fundamental lançada em 13 de janeiro de 1946, na visita pastoral do Arcebispo D. Miguel de Uma Valverde à Paroquia de Nossa Senhora dos Prazeres, que incluía Paulista e Abreu e Lima. Sua inauguração ocorreu quatro anos após, com missa e procissão comandadas pelo Arcebispo. A Igreja de Santa Isabel possui estilo eclético (romano, neo-clássico, neo-gótico), tendo suas imagens dos altares, sido doadas pelos Lundgreen, comerciantes, operários e devotos das redondezas. A pintura do fundo dos altares é obra do artista plástico Hidelbrando Eugênio, autor da bandeira da cidade do Paulista. As portas da Igreja foram feitas pelos próprios operários marceneiros da Fábrica Arthur, entre eles, Mestre Cláudio, o Sr. Luiz, o Sr. Januário e o Sr. Duda Bocão. Os vitrais foram trabalhados pela artista Aurora e restaurados em



1988, pelo Pe. Geraldo Leite Scj. (p. 96, Alcântara). Alguns estudiosos analisaram a cidade do Paulista nesta época, como é o caso do Professor José Sérgio Leite Lopes, que designou de "sistema Paulista" as relações de poder, em que o mundo do trabalho e da família, apesar de se constituírem em esferas autônomas, aproximaram-se, já que a fábrica monopolizou não só o trabalho dos membros familiares como a sua moradia (p. 21, 22, Alvim). Agrega-se a isso, o fato de que toda a vida sócio-cultural da cidade era mediada ou patrocinada pelos coronéis, naquilo que a pesquisadora Rosilene Alvim nominou de "tempo dos coronéis". A única igreja católica existente no centro do Paulista, antes da construção da igreja de Santa Isabel até 1950, ficava dentro da fábrica velha e era de propriedade dos Lundgreen (capela de São José Operário, inaugurada em 1901 e demolida em 2001 para a triplicação da PE-I5). Segundo o ex-prefeito, deputado e ex-tesoureiro do sindicato dos tecelões de Paulista e Igarassu, Severino Cunha Primo. O local onde está erguida a Igreja de Santa Isabel, fora justamente o espaço escolhido para a construção do sedo do sindicato (p. 96, 97, Alcântara) com o consentimento do Governador Agamenon Magalhães. Mas o Coronel Frederico Lundgreen não concordando com esta ideia da construção do sindicato e recorreu ao Arcebispo, o qual fez um acordo com o Governador, que exigiu que a C.T.P (Companhia de Tecidos Paulista) doasse uma outra área para que fosse construído o sindicato. Como homenagem ao saudoso governador, a Praça 10 de Maio, localizada em frente à Igreja de Santa Isabel, ganhou o nome de Agamenon Magalhães. Coincidência ou não da História, após a morte de Agamenon, assumiu por seis meses, como governador de Pernambuco, o ex-presidente do Sindicato dos Tecelões e à época deputado estadual, o paulistense, Antônio Torres Galvão, que por sinal não era católico, mas Pastor Protestante. Após a



construção da Igreja de Santa Isabel, os Lundgreen doaram a mesma para a Arquidiocese de Olinda e Recife, mas esse documento desapareceu, e até hoje a igreja é propriedade particular da C.T.P. No livro de Tombo da Igreja, lê-se que, junto com a pedra fundamental, foi enterrada uma urna de bronze contendo inscrições e um documento que prova a promessa e a doação desta capela ao povo católico do Paulista (p. 64 a 66 do Livro de Tombo em Alcântara, p. 95). Atualmente, o Pe. Valdemir José (ex-administrador paroquial e atual Pároco designado pelo Arcebispo D. Fernando Saburido), que desenvolve um trabalho respeitado e reconhecido pela comunidade cristã da cidade, entrou com um processo na justiça com um pedido de usucapião por parte da igreja. Em 2008, numa votação espontânea por parte da população, a Igreja de Santa Isabel foi escolhida como o principal "Cartão-Postal" da cidade do Paulista, o que demonstra e evidencia a relação da capela com a memória e a identidade da sua gente. Palco de grandes lutas do operariado pernambucano, Paulista já ostentou o designativo de "cidade das chaminés", por já ter sido o maior parque industrial têxtil da América latina, mas certamente não seria a mesma, sem a existência de seu principal templo católico. Foi na Igreja de Santa Isabel ou em seu pátio, onde silenciosas confissões expuseram dramas individuais ou familiares, conflitos e manifestações sindicais, a intermediação e o importante papel político desempenhado pelos seus párocos, e não somente a consagração de ritos e sacramentos religiosos. A formação Cristã, mas também cidadã, através de órgãos como a LOC (Liga católica Operária), a JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), ou a PJE (Pastoral da Juventude Estudantil) foram marcas na caminhada desta capela. É na Igreja de Santa Isabel onde está, depositado o crânio, supostamente do Pe. João Ribeiro, um dos líderes da Revolução Pernambucana, o qual foi inicialmente enterrado ao lado da



Capela do Engenho Paulista, ou Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape, em 20 de maio de 1817. Infelizmente, a mátria da paróquia foi criminosamente incendiada em 1957. Seja por sua beleza estética ou sua expressão e dimensões históricas, a Igreja de Santa Isabel é patrimônio dos paulistenses, mas não apenas deles. É pelo exposto Sr. Presidente e Sr.s Conselheiros(as), que encaminhamos formalmente através deste, a solicitação para que o Conselho Estadual de Cultura dê início ao processo de tombamento da Igreja de Santa Isabel - Rainha de Portugal, transformando-a em patrimônio de todos os pernambucanos.



SINDICATO DOS TECELÕES

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo investigar a atuação dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) na Justiça do Trabalho, entre os anos de 1950 a 1952, por meio das ações trabalhistas impetradas por eles na Comarca de Paulista (PE). Sendo uma das maiores indústrias têxteis do Brasil no período, a CTP possuía milhares de operários que se distribuíam tanto nas fábricas Velha e Aurora, quanto nas extensas propriedades ao redor do parque industrial, pertencentes aos Lundgren, família de origem sueca dona do empreendimento. As duras condições de trabalho, os baixos salários e a violência – especialmente promovida por vigias e capangas da Companhia – constituíam uma realidade comum aos tecelões, que não se diferenciava das relações de trabalho em outros estabelecimentos análogos. Ao mesmo tempo, Paulista carregava certas peculiaridades inerentes a uma “cidade-fábrica”, onde um mesmo grupo empresarial detinha a posse de todas as terras, bem como das casas da vila operária. Durante os anos 1930 a 1950, os trabalhadores da Companhia vivenciaram a formação de uma consciência de classe, que resultou não apenas na construção do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú”, enquanto entidade de defesa dos interesses dos têxteis, como também em inúmeros episódios de greves e embates entre patrões e operários. Paralelamente, a promulgação da CLT (1943) e a expansão da

Justiça do Trabalho trouxeram um elemento novo, em termos de reivindicação, para os trabalhadores urbanos de uma forma geral, o que impactou de forma significativa nas relações de trabalho entre a administração da CTP e o operariado. Por volta do início dos anos 1950, a Comarca de Paulista já era uma das mais movimentadas do Estado, sendo metade dos processos judiciais reclamações referentes à JT. Nesse ínterim, este trabalho busca não apenas compreender a JT como um espaço que catalisava as insatisfações dos tecelões da Companhia, tornando-as visíveis para o poder público, como também perceber as estratégias utilizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras de Paulista para defender seus interesses de classe na esfera judiciária.

Palavras-chave: Indústria têxtil. Trabalhadores. Justiça do Trabalho. Paulista. Companhia de Tecidos Paulista.



Dentro desse contexto, foi essencial a vinda de potenciais trabalhadores aliciados de outras regiões, tanto do Sertão como da Zona da Mata do Estado de Pernambuco, além de outros locais do Estado da Paraíba. Uma característica importante desse sistema de aliciamento consistia em envolver famílias inteiras (ao invés de procurar pessoas isoladas), especialmente, quando se tratavam de famílias com muitas meninas (ver capítulo 4). Apesar da fábrica, no meio rural, ser vista como um ambiente impróprio e imoral para o sexo feminino, a precariedade das condições materiais de sobrevivência nos engenhos e a violência patronal no campo eram determinantes para a “sedução” pela vida na cidade de Paulista. (NEVES. 2019, pg. 29).

Duas fábricas faziam parte do complexo industrial de Paulista: a Fábrica Arthur (mais conhecida como Fábrica Velha), encarregada de produzir os fios de tecidos; e a Fábrica Aurora (denominada de Fábrica Nova), que funcionava para o acabamento dos tecidos produzidos. Ambas absorviam uma parte considerável da produção algodoeira de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. (NEVES. 2019, pg. 29).

Em Pernambuco, o poder econômico dos donos da CTP refletia-se também em poder político. O apoio dos Lundgren à candidatura do Gal. Dantas Barreto contra o derrotado Conselheiro Rosa e Silva, em 1911, revelava uma penetração inicial dos “coronéis” - como os integrantes da família eram conhecidos - na política pernambucana. Entretanto, durante a década de 1930, a concorrência com o Cotonifício Othon Bezerra de Mello (outro poderoso grupo industrial do ramo têxtil) começou a reverberar no seio da burguesia industrial local, em um conflito que Emanuel Moraes denominou de “intraburguês”. A disputa por mão de obra especializada foi o miolo de uma questão ainda maior (NEVES. 2019, pg. 29):



questão, entretanto, central em torno deste que era o fundamento do modo de produção capitalista, ou seja, o “trabalho livre”, no qual o trabalhador era detentor do direito de ir e vir e da liberdade o bastante para firmar, à própria vontade, o contrato de trabalho ao qual ficaria subordinado, não se encerrava na sublevação deste princípio da sociedade capitalista, por parte da Companhia de Tecidos Paulista, interessada que seus operários e ex-operários não fossem empregados nas fábricas de Othon Bezerra de Mello. Mas, sobretudo, nas consequências advindas da concorrência produtiva entre as fábricas que se avolumava. Porque, obviamente, a razão do COBM em buscar operários devidamente qualificados nas demais empresas industriais de tecidos já estabelecidas representava tão somente a entrada de um novo agente na concorrência acirrada do mercado local de produtos têxteis, praticamente monopolizado pela CTP. (NEVES. 2019, pg. 30)

Durante o Estado Novo, a Companhia de Tecidos Paulista entrou em atrito com Agamenon Magalhães, político extremamente influente até sua morte, que ocorreria apenas em 1952. Dois motivos foram determinantes para a eclosão desse conflito: **a fundação do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú” (1942)** e o combate ao latifúndio improdutivo, fato peculiar da gestão de Agamenon enquanto interventor federal (1937-1945). (NEVES. 2019, pg. 30)

Em Paulista, houve uma tentativa frustrada, entre 1931 e 1932, de fundação de um sindicato por um tecelão conhecido



como “Roberto do Diabo”, que, no entanto, esbarrou no não reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e nas estratégias de desmobilização do operariado, promovidas pela administração da fábrica, ao reduzir os dias de trabalho e, portanto, os salários dos trabalhadores, sob o pretexto de que a indústria têxtil passava por uma crise de “superprodução”. O estrangulamento do primeiro sindicato, por parte dos Lundgren, foi possível devido ao fato de que, nesse período, a CTP detinha um poder grande sobre o salário e sobre a moradia dos trabalhadores, uma vez que tanto a legislação trabalhista quanto a Justiça do Trabalho ainda eram projetos em construção. A pressão da diminuição de horas de trabalho e, conseqüentemente, dos vencimentos dos operários foi fundamental para desmobilizar a classe. (NEVES. 2019, pg. 31)

Por meio de uma política de apoio à criação de sindicatos de classe legalizados e monitorados pelo Ministério do Trabalho (e, portanto, sem ligações com lideranças comunistas), o PSD - fundado por Getúlio Vargas em 1945 e cujo maior expoente em Pernambuco era o próprio Agamenon Magalhães - passou a contar com filiados vindos da classe operária. A fundação do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú”, primeiro a ser oficializado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) no dia 06 de dezembro de 1942, tinha uma profunda conexão com o posterior crescimento do PSD no Estado, uma vez que Paulista era uma importante base de apoio desse partido. (NEVES. 2019, pg. 32)

A primeira diretoria do sindicato era composta por pelo menos dois futuros políticos influentes do PSD: Antônio Torres Galvão (deputado estadual de 1947 a 1954), de quem falaremos adiante; e Severino Cunha Primo (prefeito entre 1951 a 1955 e eleito em 1964 para um novo mandato, que foi cassado no



mesmo ano). As divergências da ala do PSD, em Paulista com os Lundgren, eram acentuadas, em parte, pela presença de líderes sindicais no Partido; e, em parte, pelo clima pouco amistoso entre Agamenon e os donos da Companhia. (NEVES. 2019, pg. 32)

Em 15 de março de 1947, o presidente baixou o Decreto-Lei 9.070 que, praticamente, anulava o direito de greve. Também interveio em várias associações de classe, fato que atingiu, em novembro, o Sindicato de Paulista. Os operários da CTP só teriam a licença para um novo pleito eleitoral em 1951 (ver capítulo 3), por ocasião da eleição de Getúlio Vargas para um novo mandato presidencial. Todavia, os tecelões da Companhia não foram os únicos a presenciarem uma intervenção ministerial na atividade sindical nesse período: o Sindicato dos Têxteis do Recife também já havia sofrido da mesma sorte em março do mesmo ano, logo após a promulgação do decreto. (NEVES. 2019, pg. 33)

A perseguição aos mocambos - pequenas habitações com telhado de palha e estrutura precária - promovida por Agamenon Magalhães, no final dos anos 1930 e durante 1940, servia como um pretexto perfeito para a construção de casas para trabalhadores por parte da Companhia, fato que deixaria gerações de pessoas dependentes de um sistema de moradia condicionado ao trabalho na fábrica. Através da fundação da “Liga Social Contra o Mocambo” (1939), que, posteriormente, se transformou no “Serviço Social Contra o Mocambo” (1945), o governo estadual passou a incentivar a derrubada dessas modestas casas as quais foram substituídas por construções tidas como “higiênicas”. (NEVES. 2019, pg. 37)

Na prática, as empresas aproveitaram-se desse discurso higienista para promover a construção dessas habitações, que não eram, no entanto, de propriedade dos trabalhadores. A cobrança de aluguéis e a aglomeração da mão de obra em torno



da indústria tinham o efeito de transformar ambientes rurais de forma significativa, inserindo-os em uma dinâmica capitalista. Tanto em Paulista como em centros industriais do Recife, como o da Macaxeira, por exemplo, os mocambos sobreviveram em espaços mais afastados das fábricas, agravando o déficit habitacional e fortalecendo a subordinação do operariado à administração fabril, por meio da questão da necessidade de moradia próxima do local de vínculo empregatício. O recrutamento em massa de famílias do interior, sem relação prévia com a terra, superlotava as vilas operárias, agravando, ainda mais, a falta de moradia e a dependência da mão de obra ao emprego. (NEVES. 2019, pg. 39)

Essa situação, durante o Estado Novo, levou a atritos com a Interventoria de Agamenon Magalhães, justamente, pelo fato de a cidade não ter nem sede nem prédios em áreas públicas. Em um período, em que o poder central de Pernambuco tentava fazer-se mais presente, Paulista despontava como um mundo à parte. (NEVES. 2019, pg. 39)

Nesse ínterim, a cidade tinha problemas não apenas relacionados ao acesso à educação e à saúde, mas também conflitos a respeito do seu corpo armado de vigilantes que atuavam em toda a extensão do patrimônio da Companhia, encarregados, principalmente, de atemorizar o operariado. Os vigias e os capangas da CTP exerciam mais do que a função de guardas da localidade, intimidando operários e expulsando – ou até mesmo matando – aqueles que se tornavam indesejáveis. (NEVES. 2019, pg. 40)

O episódio mais emblemático de assassinato de trabalhadores ficou conhecido como “a chacina de Paulista”, em que dois militantes do Partido Comunista – sendo um nativo da própria cidade e o outro de Recife – foram mortos à bala por um ex-vigia que vinha exercendo o cargo de guarda civil, ao



participarem de um comício pré-eleitoral em 1946. As vítimas chamavam-se Nelson Rodrigues Vasconcelos, taifeiro, residente do bairro de Afogados; e Antônio Firmino de Lima, banqueiro na fábrica da Macaxeira, e ex-operário da CTP. (NEVES. 2019, pg. 40)

Preso em flagrante e com processo criminal em curso, o homicida fugiu da cadeia do município, localizada dentro da propriedade dos Lundgren, o que já evidenciava a cobertura que a empresa dava para seus empregados que faziam serviços obscuros de capangagem⁶. Três anos depois, há registros de um pedido na Assembleia Legislativa formulado por Torres Galvão, a fim de construir uma cadeia pública e uma delegacia na cidade, fora dos domínios da Companhia. Essa era, possivelmente, uma forma de coibir a impunidade de funcionários que cometiam crimes a mando da CTP. (NEVES, 2019 pg. 43)

Havia queixas também relacionadas ao mau uso dos recursos hídricos por parte da CTP e da restrição da atividade de pesca no entorno, especialmente, na Ilha de Itamaracá, onde a Companhia possuía currais que eram intocáveis perante as autoridades, ao contrário dos currais de outros pescadores. Através de um pequeno comentário sobre a praia de Itamaracá no Diário de Pernambuco, assinado por Jackson Morubixaba, podemos perceber que a localidade - essencialmente voltada para o veraneio - vinha sofrendo com a alta dos preços do peixe, devido à destruição de quaisquer currais que não fossem de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista (NEVES, 2019 pg. 43)

O Deputado Antônio Torres Galvão, aliás, é uma figura emblemática, que propunha alguns projetos para minimizar, de certa forma, o poder dos Lundgren na região. Sua biografia revela embates com a Companhia: era presidente do Sindicato desde 1943, fazendo parte da primeira diretoria e se tornando deputado estadual nas eleições de 1947. A chegada de Torres



Galvão na Assembleia Legislativa de Pernambuco colocou, enquanto representação, os operários de Paulista na ALEPE, pelo fato de ele ter sido trabalhador da CTP e líder sindical durante os anos 1940. (NEVES. 2019, pg. 44)

O que não podemos perder de vista, no entanto, é que havia uma disputa entre a ala de sindicalistas do PSD e os militantes do PCB, pelo domínio da narrativa de quem representava o operariado. Enquanto os comunistas acusavam os políticos do PSD de demagogos, o PSD não apoiava ideias comunistas, preferindo utilizar-se de caminhos institucionais, tais como a Justiça do Trabalho. Antes de 1950, houve um breve período em que o PCB apoiou o PSD nas eleições estaduais⁷⁹ e municipais⁸⁰, resultando em uma aliança política, ao mesmo tempo, frágil e complexa. Essa fragilidade tornou-se, ainda, mais intensa, quando o Partido Comunista entrou em mais um período de ilegalidade com a chegada de Dutra ao poder. (NEVES. 2019, pg 45)





DONA DUDA

Vitalina Alberta de Souza Paz, nascida em abril de 1923 em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife (RMR), escolheu o nome “Duda” aos 8 anos de idade e foi assim que ficou conhecida desde então. (MACAMBIRA, 2022).

Ao longo de suas mais de nove décadas de vida, ostentou o título de “Criadora da Ciranda” na Praia do Janga, em Paulista, cidade em que morava. (MACAMBIRA, 2022)

Acometida por um câncer na garganta, no final da década de 1970, ela deixou de cantar. Em maio de 2021, por iniciativa da Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte (Dimeca) e da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), foi lançado o documentário “Dona Duda da Ciranda”, recontando histórias e os versos das mais de 200 cirandas compostas por ela. (MACAMBIRA, 2022).

Coube também à cantora Cyrene Araújo, em 2014, lançar uma mini-biografia sobre a cirandeira “Dona Duda: A Primeira Cirandeira do Brasil” – junto ao disco “Ciranda do Amor”, que conta com a participação de nomes como Naná Vasconcelos, Nando Cordel e Petrúcio Amorim. (MACAMBIRA, 2022).

“Minha mãe morreu triste, porque ela não viu a ciranda ser valorizada. Ela também desejou muito ganhar o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco, mas não conseguiu. Nós vamos levar adiante o legado que ela deixou como mãe, guerreira e persistente que era e como cirandeira”, declarou Jaqueline. (MACAMBIRA, 2022).

Em 1971, organizou o primeiro festival de ciranda com a participação de cirandeiros de todo o estado de Pernambuco.



Em 1974, teve que extrair um nódulo nas cordas vocais e foi obrigada a parar de cantar. Em 1975, composições suas foram lançadas na voz de diversos cirandeiros no LP “Ciranda de Dona Duda”, lançado pela antiga, e hoje extinta, gravadora Rozemblit, de Pernambuco sendo este o único registro de seus trabalhos. Em 2002, foi homenageada ao ser colocada como tema do carnaval da cidade pernambucana de Paulista. (MACAMBIRA, 2022).





MESTRE GALO PRETO

Tomaz Aquino Leão, conhecido como Mestre Galo Preto, nasceu em 08 de outubro de 1935, no hoje reconhecido Quilombo de Rainha Izabel, na cidade de Bom Conselho de Papacaças, Agreste Meridional do Estado. Aos oito anos fez a sua primeira embolada e ainda na infância, no período que viveu em Garanhuns, ganhou o apelido Galo Preto (pois era brabo feito um galo).

Em 1947, chega ao Recife para trabalhar e passa a vender batatas nas ruas e portas das casas, fazendo improvisos com seu estilo irreverente e perspicaz. Certo dia seus pregões impressionaram o poeta e escritor Ascenso Ferreira, que indicou o garoto à Rádio Clube de Pernambuco, dando início a sua carreira artística como cantador, repentista, coquista e embolador. Um dos momentos significativos da sua trajetória foi a grande visibilidade nacional ao longo da década de 1970, quando esteve presente em programas da televisão nacional. Foi parceiro de personalidades da música popular brasileira, como Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga, Arlindo dos Oito Baixos e Jacinto Silva.

Depois de 11 anos longe dos palcos, Galo Preto retorna as atividades em 2008, no terceiro aniversário do programa Sopa de Auditório, continuando os cerca de setenta anos de carreira. A vida e a obra de Galo Preto foram retratadas no documentário Galo Preto, o menestrel do coco. Em 2007, participou do documentário Coquistas de Olinda contra a violência e em 2008, foi lançado o CD “Mestre que é bom mestre ensina o seu



cantar...”, em comemoração aos seus 65 anos de carreira.

Atualmente, reside na cidade de Paulista e com seu pandeiro continua difundindo a poética e melodia do coco e da embolada. Em dezembro de 2011, o Mestre Galo Preto recebeu o título de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. (SECULT)

Cantador, repentista, coquista e embolador reconhecido em 2011 como Patrimônio Vivo de Pernambuco, Tomaz de Aquino Leão, o Galo Preto, comemora aos 82 anos – 72 de carreira – o lançamento de seu primeiro registro fonográfico, Histórias que Andei, álbum contemplado pelo programa Rumos 2015-2016. (RUMOS, 2016)

Histórias e causos não faltam ao músico, nascido às 11h30 de 12 de março de 1934 no quilombo Rainha Isabel, em Bom Conselho de Papacaça, interior de Pernambuco. “No mesmo dia de Recife e Olinda, mas só me registraram em 10 de outubro, por isso, não tenho como provar”, lamenta. (RUMOS, 2016)

Não foi a primeira peça que o destino lhe pregou. Caçula dos oito filhos de Celestina Cirilo da Silva, Galo Preto é fruto de uma visita do pai, que estava separado da mãe há cinco anos, e, como contava sua tia Emília, foi gerado sob um pé de laranjeira. Segundo ela, logo após seu nascimento, os irmãos o levaram para o mato e colocaram o bebê para mamar em uma cabra. “Então, sou parente de bode, né?”, brinca. (RUMOS, 2016)

O apelido vem da infância, dizem que por apartar brigas, mas ele não confirma. De uma época em que tudo era motivo para dançar coco, de casamentos a idas e vindas de viagem de pessoas da comunidade, o menino cresceu ouvindo e participando de animadas rodas em que todos cantavam e desafiavam uns aos outros com versos de improviso. Vitrola era coisa para gente com dinheiro, mas, sempre que podia, Galo Preto dava um jeito de ouvir boleros, sambas-canção, valsas, música sacra e diferentes estilos de música nordestina – sua



base e inspiração. (RUMOS, 2016)

Aos 9 anos, em Garanhuns, ele compôs “meio sem querer” seu primeiro coco, “A Pinta”, ao ver a mãe matar uma galinha para dar de comer à família. “Nunca vi uma pinta como aquela”, diz ele. “Minha mãe matou a pinta para fazer a cabidela.” Com 12, já no Recife, ajudando o irmão a vender batata-inglesa na rua, criou o pregão: “Batata-inglesa! Quer hoje, freguesa? É uma beleza, não dá pra pobreza, só dá pra riqueza. Batata-inglesa!”.

A trajetória profissional

A voz, o estilo e o suingue do garoto chamaram a atenção do promotor de uma rádio local, que o desafiou a fazer outras rimas. A convite da rádio, Galo Preto entrou em uma caravana e, de ônibus, foi de Pernambuco a Maranhão. Na volta, em vez do cachê prometido, tomou um calote. “Fazer o quê? Peguei meu pandeirinho e fui viver minha vida. Cantava em eventos de família, hotéis, bares e cruzeiros que passavam pelo Recife por 500 réis. Vi as casas grandes da praia de Boa Viagem serem substituídas pelos prédios”, conta. (RUMOS, 2016)

Em 1967, num hotel no Rio de Janeiro, tocou ao lado de Nelson Cavaquinho, Jair Rodrigues, Nara Leão e do grupo MPB4. Entre as décadas de 1970 e 1980, apresentou-se em programas de TV populares, como Cassino do Chacrinha, Som Brasil e Flávio Cavalcanti. Em cena, além de por sua arte, destacava-se pela elegância com que desfilava, paramentado com calça, camisa, sapato, paletó e chapéu. “Troco as penas, mas só me sinto arrumado quando estou de branco”, diz ele. (RUMOS, 2016)

Charmoso, riso largo, pai de sete homens e sete mulheres, tem fama de namorador, mas nega: “Se gostava de alguém, conhecia, conquistava e namorava. Naquele tempo, morria gente por causa de virgindade. Preconceito, moral... isso é fruto do atraso, né? Mas eu só desvirginei a moça com quem me



casei". (RUMOS, 2016)

Em 1992, uma calúnia o levou à cadeia. Acusaram Galo Preto de ser um matador do "esquadrão da morte" local. Ele ficou dois anos preso, até provar sua inocência. Na volta para casa, vieram a depressão e os 11 anos de anonimato, período em que acharam que ele tivesse morrido. (RUMOS, 2016)

Passada a má fase, o triunfo. Galo Preto foi convidado para tocar em seu reduto, o eixo Recife-Olinda, onde fez fama. Emocionado, sem saber muito o que ia dizer, subiu ao palco e provou o talento que o distingue de outros cantadores, violeiros, emboladores e coquistas, improvisando na hora um: "Alô Recife e Olinda, Recife e Olinda, alô. Avisa Recife e Olinda, que o Galo Preto voltou!". (RUMOS, 2016).

De novo à ativa, Galo Preto passou a participar de coletâneas da cultura popular e de outros artistas até conseguir, com a ajuda do amigo e produtor Hugo Nascimento, gravar seu primeiro CD próprio. Difícil foi pinçar 12 faixas em um acervo que hoje conta com mais de 300 letras que passeiam por sambas, cocos de roda, emboladas e forrós. Como destaques, além do clássico A Pinta, há Bate o Pandeiro, Boi Ladrão, Coco de Mandinga e Pernambucana. (RUMOS, 2016)

Ao lado de uma potente banda de apoio com oito músicos, o trabalho ganhou avant-première no Teatro Santa Isabel, no Recife, escolhido por ele "para que o coco entrasse na casa do luxo". Empolgou também 11 artistas audiovisuais, que registraram o concerto para dar de presente ao mestre. Mesmo com ingressos gratuitos, o sucesso da apresentação surpreendeu, com lotação máxima de 570 pessoas em plena quarta-feira. O álbum Histórias que Andei também teve show de lançamento em São Paulo, em 17 de dezembro de 2016, na Sala Itaú Cultural. "Chegou em tempo! Agora não vou parar mais!", promete. (RUMOS, 2016)





MESTRE ZECA DO ROLETE

José Galdino dos Santos, 80 anos, ganhou o nome artístico vendendo roletes de cana-de-açúcar cortada em rodela, espetadas em palitos, no alto da Sé, em Olinda. (PAULISTA, 2022)

Além de cantar e compor cocos desde os 12 anos, arte aprendida com seu pai e avô, na década de 1980, Zeca mobilizava crianças e jovens de sua vizinhança em torno de um pastoril, onde ele encenava a figura do Véio. Além do coco, o músico canta ciranda e maracatu. (PAULISTA, 2022)

Em 2005, ele participou do curta-metragem Vamo Batê o Coco, realizado por universitários de São Paulo e do Recife. Três anos depois, participou, junto com outros mestres de Olinda da coletânea (CD/DVD) Coquistas de Olinda na Prevenção das DST/AIDS. (PAULISTA, 2022)

Além de cantar e compor cocos, arte aprendida com seu pai e avô, coleciona e conserta rádios antigos. Há mais de 25 anos, fixou residência no bairro do Janga, na cidade de Paulista/PE. É griô de tradição oral do Ponto de Cultura Coco de Umbigada e se apresenta com frequência nas sambadas da Região Metropolitana do Recife. Em 2013, realizou shows em Portugal e na Espanha. (PAULISTA, 2022)

Seu Zeca, que é também velho de pastoril, diz acreditar que as pessoas em geral não dão muito valor à cultura popular, mas se alegra pelo reconhecimento que vem obtendo em sua própria comunidade: a Tururu, localizada no bairro do Janga, na cidade de Paulista (PE). “Aqui, todo mundo está ouvindo e tocando o disco. Tá um sucesso!”, gaba-se. (PAULISTA, 2022).



AFOXÉ

Afoxé Ilê Asé Aladá Méji Olá Opó Ewê

Com imensa alegria e profunda gratidão que recebemos o título de Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de origem africana e afro-brasileira do município de Paulista-Pe. Esta honraria não é apenas um reconhecimento, mas um marco significativo na valorização da nossa cultura e na preservação das tradições que nos conectam às nossas raízes.

O Ilê Asé Aladá Méji Olá Opô Ewê celebra a rica herança africana e afro-brasileira, atuando como um espaço sagrado de resistência e transformação. Este título é um reflexo do nosso compromisso contínuo em promover e preservar as práticas culturais que nos foram legadas por nossos ancestrais. Ele fortalece nossa identidade e reafirma a importância da cultura afro-brasileira na construção da sociedade.

A obtenção desse reconhecimento é um passo crucial para a valorização da diversidade cultural do nosso município e para a educação das futuras gerações sobre a riqueza das nossas tradições. Estamos determinados a utilizar essa conquista como um impulso para engajar a comunidade, promover eventos, oficinas e atividades que celebrem e ensinem sobre a cultura afro-brasileira, garantindo que o legado dos nossos antepassados continue vivo e presente em nossos dias.

Agradecemos a todos que contribuíram para que este momento se tornasse possível: Em especial a vereadora Flávia Hellen continuaremos a trilhar o caminho da valorização e



respeito à nossa história, reforçando a luta pela igualdade e pela preservação da diversidade cultural.

Com gratidão e esperança,
Ilê Asé Alàdá Méji Olá Opó Ewê.

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICÍPIO DO PAULISTA
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 5.336/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO PAULISTA – ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições institucionais que lhe são conferidas em função do cargo e com respaldo no que preceitua a Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal do Paulista aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

EMENTA – Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de origem africana e afro-brasileira do Município do Paulista, Estado de Pernambuco, o Ilê Asé Alàdá Méji Olá Opó Ewê e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica declarada como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de origem africana e afro-brasileira do Município do Paulista, Estado de Pernambuco, o Ilê Asé Alàdá Méji Olá Opó Ewê.

Artigo 2º - Entende-se por Patrimônio Cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portador de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade



brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas destinadas às manifestações artísticos-culturais, em conformidade com o art. 216 da Constituição Federal.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de agosto de 2024.

YVES RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

Prefeito

Autora: **Vereadora Flávia Hellen**

Publicado por: **Alane Rodrigues Rabelo**

Nascimento

Código Identificador: **E1DFC9C6**



Referência Bibliográfica

Prefeitura de Paulista. Conselho Municipal de Preservação dos Sítios Históricos de Paulista. S.D.

GPCULT. Parecer Técnico GPC nº 031/2015. Secretaria de Cultura. Recife, 2015.

FUNDARPE. Exame Técnico Tombamento da Casa Grande e Jardim do Coronel. Paulista PE. Recife, s.d.

SOUZA, Paula Aragão de. CHAMINÉS SIMBÓLICAS E CONJUNTOS INDISSOCIÁVEIS: a condição de integridade no tombamento de núcleos fabris. Dissertação (Mestrado). Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

ANDRADE, Ricardo. CARTA DIRIGIDA AO CEC (Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco). Movimento Pró-Museu. Paulista, 2010.

NEVES, Ana Maria Litwak. “O Direito que temos é o de morrer de fome”. Os operários da Companhia de Tecidos de Paulista e busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

MACAMBIRA, Germana. Pernambuco perde “a criadora da ciranda” do Janga, Dona Duda da Ciranda, 2022. Folha de Pernambuco, Recife. Disponível em: <
<https://www.folhape.com.br/cultura/pernambuco-perde-a-criadora-da-ciranda-do-janga-dona-duda-da/211479/>>. Acesso em 25.8.2024.

SECULT. Galo Preto, s.d. Cultura.PE, Recife. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/patrimonios-vivos/galo-preto/>. Acesso em 20.08.2024

RUMOS. Histórias que andei, 2016. Itaú Cultural, São Paulo. Disponível em: <
<http://portale.icnetworks.org/rumos-2015-2016-historias-que-andei-mestre-do-coco-e-patrimonio-vivo-de-pernambuco-galo-preto-lanca-seu-primeiro-disco-aos-82-anos>>. Acesso em 23.08.2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA. Paulista, 2022. Disponível em: <
<https://paulista.pe.gov.br/2024/dinamico/noticia-detalle.php?id=9569>>. Acesso em 19.08.2024.



► Saiba mais sobre a
Organização:



Aponte a câmera do
celular para o QR Code

 @preservepaulista

 preservepaulista.com.br



